

Girl Up Brasil e a comunicação como ferramenta de mobilização política feminina¹Letícia Eduarda da Silva Bezerra ²Juciano de Sousa Lacerda³

Universidade Federal Do Rio Grande do Norte, Natal, RN

RESUMO

Este trabalho analisa a atuação comunicacional da Girl Up Brasil, iniciativa da Fundação das Nações Unidas voltada à promoção da liderança juvenil feminina. Em um cenário de baixa representatividade política das mulheres, a organização se destaca por estratégias comunicacionais afetivas e engajadas, que utilizam redes sociais e linguagem jovem para incentivar a ocupação de espaços de poder. A pesquisa se ancora em referenciais teóricos que tratam do patriarcado, da construção do gênero e da importância da presença simbólica e efetiva de grupos minorizados na política, com destaque para os estudos de Joan Scott, Anne Phillips, entre outros. O estudo, de abordagem qualitativa e quantitativa, analisa como a comunicação se torna ferramenta política e de pertencimento, contribuindo para a reflexão sobre novas formas de mobilização protagonizadas por jovens mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Girl Up Brasil; comunicação política; feminismo; juventude; representatividade.

INTRODUÇÃO

De acordo com dados da Inter-Parliamentary Union (2018), o Brasil figura como o terceiro país da América Latina com menor participação feminina na política. Desde a década de 1940, os índices de representação de mulheres nas esferas de poder pouco evoluíram, situando-se cerca de 10 pontos percentuais abaixo da média mundial. Esse

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Narrativas contra-hegemônicas associadas às materialidades digitais”, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Estudante de Graduação, 5º semestre do Curso de Jornalismo da UFRN, email: bleticiaeduarda@gmail.com

³ Professor do Departamento de Comunicação da UFRN, email: juciano.lacerda@ufrn.br

cenário demonstra não apenas a defasagem do país em comparação a outras nações no que diz respeito à inclusão feminina na política, mas também a estagnação dessa participação ao longo do tempo. A sub-representação feminina é observada em todas as instâncias do poder legislativo, abrangendo desde câmaras municipais até o Senado Federal. Ainda que as mulheres representem 51% do eleitorado brasileiro, sua presença efetiva nos cargos públicos segue desproporcionalmente baixa.

Essa disparidade torna evidente que as mulheres não têm conseguido acessar, em condições de igualdade, os espaços decisórios do Estado, o que as mantém afastadas da formulação de políticas públicas. Embora exista a previsão legal de cotas eleitorais que estabelecem limites mínimos e máximos para a participação de gêneros nas disputas eleitorais, tal instrumento tem se mostrado insuficiente para assegurar uma presença significativa e efetiva das mulheres nas estruturas de governo no Brasil (LEITE e GUNDIM, 2019). A luta das mulheres por equidade e respeito na sociedade remonta a séculos atrás, desde a perseguição às mulheres acusadas de bruxaria na Idade Média até as manifestações das sufragistas pelo direito ao voto, momentos cruciais da história da humanidade estão intrinsecamente ligados às lutas e conquistas do movimento feminista ao longo do tempo. Além de desenvolver continuamente uma crítica e denúncia das injustiças da sociedade patriarcal, o feminismo é um movimento diverso que confronta o sistema de dominação, propondo mudanças sociais (SILVA e CAMURÇA, 2010).

A historiadora norte-americana Joan Scott (1995), especializada no estudo da história das mulheres a partir da perspectiva de gênero, explica que o patriarcado é uma forma de organização social que vai além da família, na qual as mulheres são subordinadas aos homens, e os jovens são subordinados aos homens mais velhos, os patriarcas da comunidade. Esse patriarcado, caracterizado pela supremacia masculina, desvalorização da identidade feminina e atribuição da procriação como a principal função da mulher, tem raízes na Grécia Antiga, passando pela Idade Média e perpetuando-se em diversas comunidades ao longo da história.

Contudo, ao longo da história, é possível identificar muitos avanços no que diz respeito aos direitos e representatividade feminina, todos fruto de mobilização e luta. “Assim, o feminismo, nos seus aspectos basilares, caracteriza-se através de um

processo constante de ações coletivas que se referem à emancipação política e conquista de direitos que refletem no empoderamento das mulheres” (GREGORI, 2017) . O feminismo sempre foi marcado pela participação de inúmeras gerações juvenis que passaram a reivindicar seu espaço e trazer uma nova visão para as pautas. Com uma óptica interseccional e engajada, fazendo uso das ferramentas mais atuais, como por exemplo as redes sociais, esses coletivos juvenis promovem discussões acerca de gênero, representatividade, e direitos humanos, construindo uma nova forma de mobilização e formação política (MAZZARINO e SOARES, 2021)

Nesse cenário, a Girl Up Brasil se insere como uma iniciativa que se destaca em meio às principais organizações de mobilização social. Inicialmente vinculada a Fundação das Nações Unidas, a ong atua na formação de lideranças femininas juvenis, por meio da educação e da comunicação estratégica. Sua atuação é exemplar para compreender como a juventude feminina vem redesenhando as formas de fazer política no Brasil contemporâneo, utilizando a comunicação como ferramenta política, articulando afetividade, representatividade e conscientização em suas campanhas.

OBJETIVOS

Objetivo geral: Este trabalho tem como objetivo analisar como a Girl Up Brasil utiliza a comunicação como ferramenta de mobilização política, especialmente no incentivo à participação de jovens mulheres nos espaços de liderança e decisão. A pesquisa busca compreender de que maneira as estratégias comunicacionais do coletivo articulam discursos sobre empoderamento feminino, cidadania ativa e transformação social, estabelecendo conexões afetivas e simbólicas que incentivam a atuação política de adolescentes e jovens mulheres em um cenário historicamente dominado por figuras masculinas. Assim, pretende-se evidenciar como a comunicação adotada pela Girl Up Brasil extrapola o caráter informativo para assumir uma função performativa e formadora de subjetividades políticas, moldando novos imaginários sobre gênero, poder e participação.

Objetivos específicos:

- Investigar os principais valores e discursos veiculados nos canais oficiais da Girl Up Brasil.
- Analisar a linguagem utilizada pela Girl Up Brasil em suas principais campanhas.
- Refletir sobre o papel da linguagem e do engajamento digital na formação de lideranças femininas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para fins de se apurar a melhor apreensão a respeito da temática pontuada, a pesquisa se utiliza de um referencial teórico baseado na interpretação de Joan Scott, no tocante a sua percepção de gênero e patriarcado; bem como, a visão de Anne Philips sobre a presença de mulheres e outros grupos minoritários nos espaços políticos; nas pesquisas de Marcel Podeus e Rosemary Viana, que tratam das desigualdades e a interseccionalidade das minorias no Brasil; Ademais, na perspectiva das pesquisadoras Amanda Soares e Jane Mazzarino, sobre como os meios de comunicação moldam subjetividades políticas. Também são utilizados sites que debatem sobre a matéria, artigos científicos extraídos de repositórios oriundos de Universidades do País, trazendo um recorte especial para algumas Leis vigentes que fundamentam a temática. Tudo isso, com a finalidade precípua de se analisar a comunicação organizacional da Girl Up Brasil como forma de mobilização social, incentivando a formação e de lideranças e a representatividade de mulheres na política, e ao mesmo tempo, instigar uma reflexão a respeito da necessidade de romper com os paradigmas arcaicos que persistem na sociedade, e que por sua vez, favorecem a desigualdade social e tantas mais mazelas.

METODOLOGIA

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e bibliográfica, complementada por uma análise discursiva institucional. A investigação se baseia em documentos públicos e canais oficiais do coletivo Girl Up Brasil, como o site institucional, a biografia e as publicações fixadas no perfil do Instagram, e materiais de divulgação de campanhas. O objetivo é compreender como o discurso da organização mobiliza meninas e jovens mulheres para a atuação política, evidenciando estratégias comunicacionais que promovem engajamento e empoderamento.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A análise preliminar da atuação da Girl Up Brasil evidencia a força transformadora de uma comunicação que articula afetividade, representatividade e engajamento político. Ao adotar uma linguagem acessível e inclusiva, voltada à juventude feminina, a organização rompe com os moldes tradicionais e elitistas da política institucional, criando espaços de pertencimento e empoderamento que fomentam a formação de novas lideranças.

A comunicação da Girl Up não se limita a informar: ela performa. Assume um papel formador, capaz de moldar subjetividades e ressignificar o lugar da mulher jovem no espaço público. As campanhas digitais, as ações educativas e os discursos veiculados nos canais oficiais da organização demonstram um compromisso com a construção de narrativas emancipadoras, que reafirmam o direito à participação e à voz em uma sociedade historicamente dominada por figuras masculinas.

Os dados iniciais da pesquisa revelam que a Girl Up Brasil opera como uma estratégia comunicacional de resistência ao patriarcado estrutural, promovendo a sororidade e a articulação política entre meninas e jovens mulheres de diferentes contextos. Ao transformar a linguagem em instrumento de luta, a organização colabora para o surgimento de um novo imaginário político, em que a juventude feminina não apenas reivindica espaço, mas também redesenha o próprio conceito de política.

Portanto, esta pesquisa contribui de maneira significativa para a compreensão da comunicação como alicerce estratégico na mobilização social e no fortalecimento do protagonismo juvenil feminino. Ao investigar a atuação da Girl Up Brasil, evidencia-se que é por meio de narrativas cuidadosamente construídas, afetivas e acessíveis, que se consolida uma nova gramática política, capaz de inspirar pertencimento, engajamento e ação coletiva. A comunicação, nesse contexto, não é apenas meio, mas fim em si mesma: uma prática transformadora que ressignifica a presença feminina no debate público, desafia estruturas tradicionais de poder e forma novas subjetividades políticas. Reconhecer essa potência comunicacional é essencial para repensar os caminhos da equidade e da participação cidadã no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

GREGORI. Juciane de. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 30, n. 2, p. 229–251, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14393/cef-v30n2-2017-3>. Acesso em: 4 maio 2025.

LEITE. C. Moura; GUNDIM, W. W. D. A participação da mulher na política brasileira e a efetividade das cotas partidárias. *Resenha Eleitoral*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 139–164, 2019. DOI: 10.53323/resenhaeleitoral.v23i1.98. Disponível em: <https://revistaresenha.emnuvens.com.br/revista/article/view/98>. Acesso em: 4 maio 2025.

MACHISMO: você entende mesmo o que significa? Politize!, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-machismo/>. Acesso em: 4 maio 2025.

MORGANTE. Mirela. Gêneros e a construção de poder na sociedade. Campinas: Unicamp, 2025. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/radio/video/generos-e-construcao-de-poder-na-sociedade/>. Acesso em: 4 maio 2025.

PHILLIPS. Anne. *The politics of presence*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

POLITIZE!. Mulheres na política. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mulheres-na-politica/>. Acesso em: 4 maio 2025.

SCOTT. Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

SOARES. Amanda; MAZZARINO, Jane. Feminismo de internet: como as redes sociais contribuem para o desenvolvimento da quarta onda feminista no Brasil. *Contratexto*, n. 36, p. 261–286, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26439/contratexto2021.n036.5152>. Acesso em: 22 jun. 2022.

STANTON. Elizabeth. *Declaração de sentimentos*. Seneca Falls, 1848. [Documento histórico].